



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA CTASP AO

PROJETO DE LEI Nº 3.464, DE 2020

Estabelece requisitos a serem observados na indicação de cidadãos brasileiros pelo Governo brasileiro para postos em organismos multilaterais de que o país faça parte que não sejam privativos de membros da carreira diplomática, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A indicação de cidadãos brasileiros pelo Governo brasileiro para postos em organismos multilaterais de que o país faça parte que não sejam privativos de membros da carreira diplomática será disciplinada por esta Lei.

Art. 2º São requisitos a serem observados pelos cidadãos sobre os quais recaia a indicação de que trata o art. 1º:

I - reputação ilibada;

II - formação acadêmica compatível com as atribuições a serem exercidas;

III - cinco anos de experiência, no setor público ou privado, em atividade conexa, ou de cargo de docente ou de pesquisador na área de atuação abrangida pelo organismo multilateral;

IV - prévia aprovação da indicação pelo Senado Federal.

Art. 3º Não se aplica o disposto nesta Lei a indicações que já tenham sido efetivadas até a data de sua publicação, ainda que não tenha ocorrido a posse do indicado.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Afonso Motta

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218841808800>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 28 de setembro de 2021.

Deputado AFONSO MOTTA
Presidente



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Afonso Motta
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218841808800>

